

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2017 – FMAS

Às onze horas, do segundo dia do mês de Outubro de dois mil e dezessete(02/10/2017), na sala do setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 55, de 27 de janeiro de 2017, para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº. 05/2017 FMAS.

Aberta a sessão foram analisados os documentos (abaixo relacionados) integrantes deste processo de Dispensa de Licitação apresentados pela Empresa: **CLAUDETE POSSAMAI ME – CNPJ Nº. 07.278.998/0001-30:**

Certidão Simplificada – CLAUDETE POSSAMAI ME	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Representante da Empresa identificado em documento com foto – CLAUDETE POSSAMAI	
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó/SC e do Município Sede da Empresa Proponente	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 II
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS - emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 “a”
Declaração que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública; que não é impedido de transacionar com a Administração Pública.	
Carteira de Saúde atualizada dos manipuladores de alimentos	
Alvará Sanitário	
Licença de Transporte do veículo expedido pela Vigilância Sanitária Municipal	
Declarações constantes do item 7.3.3 do Edital 04/2017 - FMAS	
Declaração da empresa proponente, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função	Lei 8.666/93, art. 27, V

Da análise destes documentos observa-se que a Empresa **CLAUDETE POSSAMAI ME** está com a documentação regular, no entanto, a Comissão entende que para dar prosseguimento a contratação, necessário anexar ao processo de Dispensa de Licitação a Certidão de Regularidade relativa ao FGTS atualizada.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

LOURDES MOSER
Presidente

ANGELA PREUSS
Membro

MOACYR CRISTOFOLINI JR
Membro